

Conteúdo em Espanhol

Aplicación de nuevas tecnologías al proceso judicial: proceso electrónico, resolución de controversias online, inteligencia artificial y acceso a información pública

COORDENAÇÃO

BRUNO FEIGELSON | DANIEL BECKER
MARCO ANTONIO RODRIGUES

PREFÁCIO: MIN. LUIS FELIPE SALOMÃO

ALINE DIAS • ANA LUIZA MARQUES • BERNARDO LATGÉ • BRUNO FEIGELSON • DANIEL BECKER • DENIZE GALVÃO • EDILSON VITORELLI
EDSON PONTES PINTO • ERIK NAVARRO WOLKART • FRANCISCO DE MESQUITA LAUX • FRANCISCO VERBIC • HUMBERTO CHIESI FILHO
ISABELLA FONSECA ALVES • ISADORA WERNECK • JOÃO PEDRO BRIGIDO • LEONARDO COSTA DA FONSECA • MARCELO MAZZOLA
MARCÍLIO HENRIQUE GUEDES DRUMMOND • MARCO ANTONIO RODRIGUES • MATHEUS DRUMMOND • MATHEUS NASSER DIAS COUTO
MAURÍCIO TAMER • NATHALIA RIBEIRO • PEDRO CAVALCANTI ROCHA • RENNAN THAMAY • THIAGO DIAS DELFINO CABRAL

LITIGATION 4.0

O futuro da justiça e do processo civil vis-à-vis as novas tecnologias

FUTURE LAW

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiários: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Lucas Kfourri

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Litigation 4.0 : o futuro da justiça e do processo civil vis-à-vis as novas tecnologias / coordenação Bruno Feigelson , Daniel Becker , Marco Antonio Rodrigues. ... 1. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

ISBN 978-65-5614-947-9

1. Direito 2. Justiça 3. Processo civil 4. Tecnologia I. Feigelson, Bruno. II. Becker, Daniel. III. Rodrigues, Marco Antonio.

21-54447

CDU-347.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil 347.9

Aline Grazielle Benitez .. Bibliotecária .. CRB-1/3129

Sumário

Prefácio	5
<i>Luis Felipe Salomão</i>	
Carta de Apresentação	9
Sobre os Coordenadores	11
Acesso à justiça e suas novas fronteiras no contexto do Processo 4.0	21
<i>Marco Antonio Rodrigues</i>	
1. A evolução e o significado do acesso à justiça.....	21
1.1. O acesso à justiça enquanto direito de obtenção de uma solução justa para o conflito de interesses.....	26
2. A ascensão dos meios on-line de resolução de conflitos	28
3. Um novo paradigma para o interesse de agir	29
4. Conclusões	36
5. Referências bibliográficas	37
Tecnologia, Covid-19 e uma nova perspectiva para o acesso a uma ordem jurídica justa	39
<i>Humberto Chiesi Filho</i>	
1. Acesso à internet e acesso à justiça	40
2. O Direito em pé de guerra.....	43
3. Uma mudança necessária.....	46
4. A tecnologia revolucionando o acesso a uma ordem jurídica justa.....	49
5. A desjudicialização em um novo cenário.....	52
6. Conclusão	55
7. Referências bibliográficas	55

Aplicación de nuevas tecnologías al proceso judicial: proceso electrónico, resolución de controversias online, inteligencia artificial y acceso a información pública	59
<i>Francisco Verbic</i>	
I. Introducción	60
II. Primera dimensión: el proceso electrónico y la tendencia al abandono del papel como soporte de comunicación	60
III. Segunda dimensión: resolución de controversias online	64
IV. Tercera dimensión: inteligencia artificial para la gestión de casos ...	67
V. Cuarta dimensión: nuevas tecnologías y acceso ciudadano a la información pública	70
VI. Ventajas, riesgos y desafíos del uso de nuevas tecnologías en los procesos judiciales	72
VII. Balance y prospectiva.....	73
Processo 4.0: o futuro da resolução de disputas	77
<i>Matheus Nasser Dias Couto</i>	
1. Prevenção de conflitos e tecnologia	77
2. Métodos alternativos de solução de conflitos	79
3. A tecnologia: resolução de conflitos on-line	80
4. ODR e as relações de consumo: como as empresas têm adotado na prática.....	81
5. Reação: estratégias para resolução de conflitos levados ao Poder Judiciário	82
6. Prevenção: estratégias para que os conflitos eventualmente gerados possam ser solucionados antes de uma ação judicial	91
7. Referências bibliográficas	92
A utilização do <i>design</i> jurídico como ferramenta de acesso à justiça.....	93
<i>Ana Luíza Marques e Isadora Werneck</i>	
1. Breves considerações sobre o <i>design</i> jurídico (<i>legal design</i>)	94
2. O <i>design</i> jurídico como forma de efetivação do acesso à justiça.....	99
3. O <i>design</i> jurídico no contexto brasileiro: possíveis aplicações.....	102
4. Conclusão	110
5. Referências bibliográficas	111

Resolução de disputas por “criptoarbitragem”: Caso Kleros, um protocolo para justiça descentralizada 115

Aline Dias

1. A era da descentralização 115
2. O que é o Kleros? 119
3. O Kleros é um método confiável? 126
4. O Kleros observa pilares processuais mínimos? 130
5. As partes são representadas por advogados? 132
6. Sob a ótica do Direito brasileiro, o Kleros pode realmente ser enquadrado como arbitragem? 134
7. Conclusão: caminho para novos modelos de distribuição de justiça 136
8. Referências bibliográficas 137

“Moneyball” e arbitragem: uma análise prática das novas tecnologias de gestão de documentos em disputas complexas 141

Matheus Drummond

1. Introdução 142
2. Gestão de documentos, contencioso e arbitragem 145
3. Aplicações e benefícios de tecnologias de gestão de documentos na prática arbitral 148
 - 3.1. Aplicações 148
 - 3.1.1. Coleta e disponibilização 148
 - 3.1.2. Organização, processamento e monitoramento 149
 - 3.1.3. Pesquisa e *Analytics* 151
 - 3.1.4. Produção 157
 - 3.2. Benefícios 157
 - 3.2.1. Assimetria de poder na dinâmica do litígio 157
 - 3.2.2. Eficiência na fase pré-arbitral e em cenários de construção de tempo 159
 - 3.2.3. Economia de tempo em tarefas acessórias 160
 - 3.2.4. *Insights* e construção do caso 160
 - 3.2.5. *Accountability*, Cibersegurança e *Compliance* de Proteção de Dados 162
4. Outros benefícios da adoção de tecnologias de gestão de documentos no procedimento arbitral 164
 - 4.1. Sinergia com clientes 164
 - 4.2. Colaboradores 165
5. Conclusão 165

Provas digitais: conceito, princípios probatórios e provas digitais em espécie	167
<i>Rennan Thamay e Maurício Tamer</i>	
Introdução	168
1. Conceito de prova digital	170
2. Pressupostos de validade e utilidade das provas digitais.....	174
3. Princípios processuais que orientam a formatação da prova digital ...	176
4. Provas digitais em espécie	181
5. Considerações finais	188
Referências bibliográficas	189
Direito à prova na internet, o julgamento da ADC 51 pelo STF e o alcance do MLAT	191
<i>Francisco de Mesquita Laux</i>	
Introdução	191
1. A lógica da estrutura que sustenta a rede	192
2. Falsos anonimatos	193
3. Busca e acesso a dados	195
4. Impossibilidade de acesso à fonte de prova: o aspecto territorial e o alcance do MLAT	197
Open justice!	203
<i>Daniel Becker, Erik Navarro Wolkart e João Pedro Brigido</i>	
1. Introdução	204
2. Fundamentos legais para uma justiça aberta	206
3. <i>Open justice</i> como desdobramento do acesso à justiça	212
4. Desafios pela frente	218
5. Conclusão	223
Precedentes e algoritmos: uma abordagem de <i>law and economics</i>	225
<i>Edson Pontes Pinto</i>	
1. Introdução	226
2. A necessidade de previsibilidade do sistema jurídico	227
3. Precedentes, previsibilidade e eficiência	230
4. Decisões algorítmicas e a aplicação de padrões de julgamento	236
5. Conclusão	242
6. Referências bibliográficas	243

Juízes-robôs? Notas sobre a utilização da inteligência artificial pelo Poder Judiciário	247
<i>Thiago Dias Delfino Cabral</i>	
1. Introdução	247
2. A inteligência artificial	249
3. A utilização da inteligência artificial no processo decisório.....	252
4. Conclusão	258
5. Referências bibliográficas	260
Decisão judicial por métodos estatísticos: novos horizontes para as causas repetitivas?	263
<i>Edilson Vitorelli</i>	
1. O problema	264
2. Começando pelo básico: o que são estatísticas e o quão confiáveis elas são?	265
3. Litigância repetitiva faticamente variada: o método tradicional de decisão no Brasil e nos Estados Unidos.....	267
4. Litigância repetitiva faticamente variada: o método estatístico de decisão	272
4.1. Premissa: o problema metodológico.....	272
4.2. Julgamentos por amostragem: <i>bellwether trials</i>	275
4.3. Julgamento por amostragem: decisão de casos por extrapolação estatística.....	276
4.4. Julgamento por categorias	277
4.5. Julgamento por participação de mercado	281
5. A decisão por estatísticas acarreta, de fato, redução na precisão do julgamento?	282
6. Julgamentos estatísticos seriam injustos com os autores? E com os réus?	285
7. Julgamentos estatísticos prejudicariam as pessoas que sofreram mais?	288
8. Seria justo que algumas pessoas recebessem mais e outras menos do que merecem?.....	290
9. Síntese conclusiva.....	293
Referências bibliográficas.....	294

Algoritmos no controle: transparência e resolução de disputas	297
<i>Isabella Fonseca Alves e Marcilio Henrique Guedes Drummond</i>	
I. Introdução	298
II. O desenvolvimento da tomada de decisão algorítmica e a contestabilidade necessária das premissas utilizadas	301
III. Transparência e responsabilidade algorítmicas	306
III.1. Critérios para a transparência.....	308
IV. A resolução on-line de conflitos.....	314
V. Conclusão	318
Referências bibliográficas.....	319
A utilização de sistemas preditivos em operações de financiamento de litígios por terceiros	325
<i>Bernardo Latgé</i>	
1. Introdução	326
2. <i>Third-party funding</i> : aproximação conceitual.....	327
3. A expansão do financiamento de litígios por terceiros.....	332
4. A avaliação do caso a ser financiado	336
5. O uso de sistemas preditivos como ferramenta para a avaliação do caso pelo financiador	340
6. Dificuldades de implementação dos sistemas preditivos baseados em algoritmos em operações de <i>third-party funding</i>	343
7. Conclusão	346
Referências bibliográficas.....	346
Financiamento de litígios, um oceano a ser explorado pelas novas tecnologias	351
<i>Pedro Cavalcanti Rocha</i>	
1. Surgimento e evolução do financiamento de litígios	351
2. Financiamento de litígios e o uso da tecnologia	357
3. Conclusão	360
Execução fiscal e tecnologia	363
<i>Denize Galvão Menezes Sampaio de Almeida</i>	
1. O procedimento de execução fiscal.....	363
2. Cenário atual de ineficiência da cobrança da dívida ativa através da execução fiscal	366
3. Usando a tecnologia a favor de uma cobrança inteligente	369

4. Impactos na atuação da Fisco: como se preparar para o novo cenário?	373
5. Conclusão	375
O papel do <i>in house counsel</i> na gestão do contencioso.....	377
<i>Leonardo Costa da Fonseca</i>	
A contribuição da inteligência artificial para a materialização do conceito de “jurisprudência dominante”. Considerações sobre o uso de QR Code em processos judiciais e o juízo 100% digital	385
<i>Marcelo Mazzola e Nathalia Ribeiro</i>	
Introdução.....	386
1. Contribuição da inteligência artificial no desenvolvimento do “sistema” de precedentes do CPC	388
2. Uso do QR Code na atividade jurisdicional	393
3. Benefícios do Juízo 100% Digital	396
4. Conclusão	399
5. Referências bibliográficas	399
Posfácio: O futuro do processo é agora	401
<i>Bruno Feigelson</i>	